



POLIONU

Várias ideias, um só mundo

Guia de estudos **TPI**



Poliedro
Colégio

Guia de Estudos TPI

Tribunal Penal Internacional

“A Impunidade no Massacre do Carandiru”



POLIONU

Várias ideias, um só mundo

Allexia Inacio Pereira

Luisa Nogueira Garcia de Figueiredo

Mariana Monteiro Gomes

Nícolas Martins Salli

Sumário

CARTA AOS ADVOGADOS, PROMOTORES E JUÍZES.....	5
1. Introdução	6
1.1. Formação e objetivo.....	6
1.2. Estrutura	6
1.3. Jurisdição	6
1.4. Relevância do Tribunal.....	7
1.5. Observações iniciais	7
2. Contextualização	7
2.1. Origem da cada de detenção de São Paulo - Carandiru.....	7
2.2. Situação política em 1992.....	9
2.3. Mapa da “Casa de detenção de São Paulo”	9
2.4. O estopim	9
2.5. Invasão policial.....	11
2.6. Após o massacre.....	12
2.7. Desativação do Carandiru	15
3. CASO A: UBIRATAN GUIMARÃES	16
3.1. Histórico.....	16
3.1.1. História de Ubiratan Guimarães.....	16
3.1.2. Absolvição do coronel.....	17
3.1.3. Batalhão de Polícia de Choque	17
3.2. O caso contra Ubiratan Guimarães.....	18
3.3. Crime I - Crimes contra a humanidade.....	18
3.3.1. Contexto do crime	18
3.3.2. Consequências imateriais	19
3.3.3. Acusações	19
3.3.4. Testemunhas e relatos	19
3.3.5. Pontos de defesa.....	20
4. CASO B: LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO	21
4.1. Histórico.....	21
4.1.1. História de Luiz Antônio Fleury Filho	21
4.1.2. Governo de Luiz Antônio Fleury Filho	22
4.1.3. Influência no Massacre do Carandiru	23
4.2. O caso contra Luiz Antônio Fleury Filho	23

4.3. Crime I: Crimes contra a humanidade.....	23
4.3.1. Contexto do crime.....	23
4.3.2. Acusações	24
4.3.3. Testemunhas e relatos	24
4.3.4. Pontos de Defesa	26
5. SUGESTÕES DE LEITURA E ESTUDO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

CARTA AOS ADVOGADOS, PROMOTORES E JUÍZES

Prezados Advogados, Promotores e Juízes,

Nós, membros da mesa diretora do Tribunal Penal Internacional, gostaríamos de dar aos senhores as boas-vindas ao PoliONU 2023. Agradecemos pela escolha deste comitê e pela disposição de participar desta simulação, na qual, durante quatro dias, os senhores discutirão acerca do tema: “A Impunidade no Massacre do Carandiru”.

O conflito sobre o qual os senhores debaterão foi responsável por inúmeras mortes, além de ter contribuído para uma grande mudança no cenário sociopolítico brasileiro. Logo, a vontade de justiça, o decoro, e a diplomacia devem estar presentes durante as discussões, para que os réus sejam julgados com imparcialidade e isonomia.

Em razão disso, os senhores devem produzir uma sentença adequada, e dividir-se-ão em três funções:

- Advogados, que defenderão o réu;
- Promotores, que acusarão o réu;
- Juízes, que devem julgar e avaliar igualmente os argumentos dos dois lados.

Por conseguinte, a fim de melhorar o fluxo do debate, encorajamos os senhores a fazerem uma leitura atenta e minuciosa deste Guia de Estudos. Recomendamos, também, a busca de informações verdadeiras em fontes confiáveis. Por fim, a mesa dispõe-se a sanar quaisquer dúvidas.

Desejamos uma ótima e inesquecível simulação a todos.

Atenciosamente,

Allexia Inacio Pereira

Luisa Nogueira Garcia de Figueiredo

Mariana Monteiro Gomes

Nícolas Martins Salli

E-mail da mesa: mesa.tpi2023@gmail.com

1. Introdução

Neste guia, serão apresentadas as normas que discorrem acerca das atividades pertencentes ao Tribunal Penal Internacional (TPI), como também as situações que serão julgadas, em sua total veracidade. Empregam-se, de modo subsidiário, às “Regras Gerais de Simulação do PoliONU 2023”. A interpretação de tais disposições incumbirá à Mesa Diretora e ao Secretariado do PoliONU 2023, sendo possível a alteração e a determinação do conteúdo normativo.

1.1. Formação e objetivo

O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi formado em 2002, conforme o Artigo 3º do Estatuto de Roma, na cidade de Haia, nos Países Baixos. Esta é uma instituição independente que mantém relação de coadjuvação com a Organização das Nações Unidas (ONU). O TPI busca julgar indivíduos acusados de cometer crimes contra a humanidade, de genocídio ou de crimes de guerra, com o objetivo de promover o direito internacional e universalizar a vigência da Declaração dos Direitos Humanos.

Ademais, o tribunal não é capaz de interferir em casos encaminhados no sistema jurídico nacional ou que estão submetidos a procedimentos puramente formais, podendo ser considerado uma corte de última instância. Assim, promove-se uma responsabilidade jurídica internacional acerca do acusado.

1.2. Estrutura

O Tribunal Penal Internacional é composto por 18 juízes no total, cada um assumindo um mandato de nove anos, sendo três destes os juízes do Tribunal, escolhidos pelos demais para comandar um mandato de três anos. O presidente do Tribunal Penal Internacional e os seus dois vice-presidentes são escolhidos por meio de votação.

Antes de qualquer julgamento, 3 juízes são selecionados para cada caso e se responsabilizam pela averiguação das acusações, analisam as evidências e emitem mandados de prisão. Eles também garantem a segurança das vítimas, testemunhas e qualquer informação importante para o caso. Cabe aos juízes a autorização das investigações feitas pela Promotoria.

Três juízes são responsáveis pelo caso enquanto em julgamento. Está dentro do seu poder a sentença de qualquer acusado a partir das provas apresentadas e a determinação de uma reparação para as vítimas.

Cinco juízes são escolhidos para o processo de apelação, estes podem reverter, manter ou modificar as decisões feitas pelos juízes dentro do julgamento. O seu trabalho garante que as penas sejam proporcionais aos crimes cometidos e que o julgamento e seus processos sejam imparciais.

1.3. Jurisdição

A jurisdição é uma particularidade que o Estado tem ao exercer seu papel e seu poder para diminuir conflitos, visando a proteção da constituição, das leis e a manutenção de uma organização jurídica. No

caso do Tribunal Penal Internacional (TPI), ela pode ser empregada sobre crimes ou infrações, como: crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídios. A Jurisdição do TPI se diferencia da Corte Internacional de Justiça (CIJ), que julga os Estados.

No Tribunal, autorizam-se acusações de causadores, ou seja, responsáveis diretos pelos crimes, além de admitir aqueles que tiveram uma responsabilidade indireta, como exércitos, chefes de estados, comandantes ou cúmplices de um crime. Desse modo, podem ser julgados auxiliares e outros comandantes, na qual a responsabilidade está estabelecida no Estatuto de Roma.

1.4. Relevância do Tribunal

O Tribunal Penal Internacional (TPI), devido à sua jurisdição permanente e universal, é um avanço da garantia dos Direitos Humanos a todos, sem distinção. Ademais, tal corte é de última instância e apenas atua em circunstâncias que considera extremamente graves, ou em casos em que a investigação do próprio país não foi genuína, protegendo, assim, indivíduos de uma possível irresponsabilidade jurídica.

Além da promoção dos Direitos Humanos e da proteção de irresponsabilidades jurídicas, o Tribunal Penal Internacional tem como princípio essencial, manter ou restabelecer a paz mundial. Age, nesse âmbito, em cooperação com a Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Sendo assim, possui extrema importância para o cumprimento da justiça e dos direitos universais.

1.5. Observações iniciais

Ao longo da simulação, com o objetivo de melhorar o fluxo dos debates e a dinâmica do comitê em geral, os réus Ubiratan Guimarães e Luiz Antônio Fleury Filho serão considerados vivos e saudáveis. Da mesma maneira, será considerado que o Estatuto de Roma, documento utilizado para conceder a pena aos inculpatados, já vigorava no ano dos supostos crimes.

Ademais, os réus somente serão acusados por um crime: crimes contra a humanidade. Essa decisão teve como motivação o fato de que não foi uma guerra civil, desse modo, os acusados apenas se enquadram em um crime.

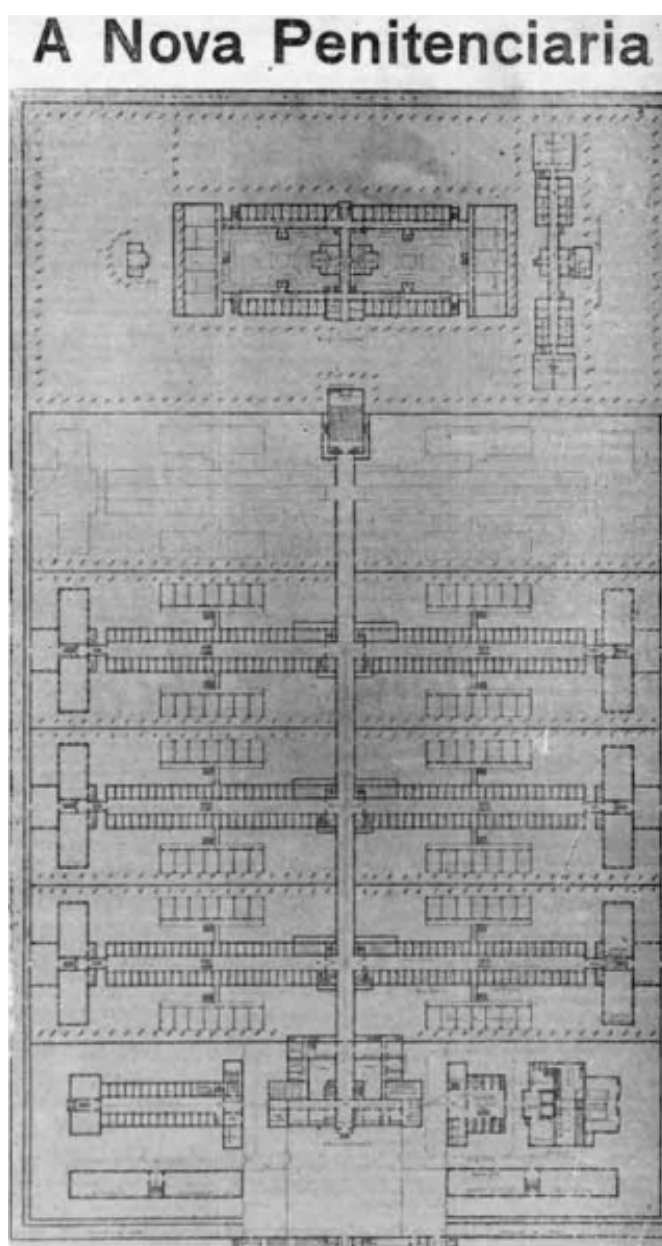
2. Contextualização

Antes de apresentar os réus que serão julgados neste Tribunal, é necessário contextualizar a condição na qual os crimes foram praticados. O cenário histórico refere-se ao ano de 1992, na cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo.

2.1. Origem da cada de detenção de São Paulo - Carandiru

Inicialmente, um Instituto de Regeneração, criado em 1920, na zona norte de São Paulo, a Casa de Detenção foi idealizada a partir do Decreto Estadual 9.789, que visava a extinção da Cadeia Pública e do

Presídio Político na capital. Foi a partir dessa reforma que foi implementada pela primeira vez em São Paulo, a separação de réus primários dos presos reincidentes, estabelecendo um sistema que organiza presos a partir da natureza dos seus delitos. O Carandiru era considerado um exemplo para o sistema prisional no Brasil e no mundo. Os intelectuais Claude Lévi-Strauss e Stefan Zweig elogiaram a limpeza e a higiene do presídio, “a limpeza e a higiene exemplares faziam com que o presídio se transformasse em uma fábrica de trabalho” e que: “Eram os presos que faziam o pão, preparavam os medicamentos, prestavam os serviços na clínica e no hospital, plantavam legumes, lavavam a roupa, faziam pinturas e desenhos e tinham aulas.”. O local foi construído sob as normas do “Direito Positivo” do Código Penal republicano do ano de 1890, que visava a proibição de torturas e humilhações públicas dentro do presídio, tudo para que os infratores pudessem voltar à convivência na sociedade após o cumprimento de suas penas.

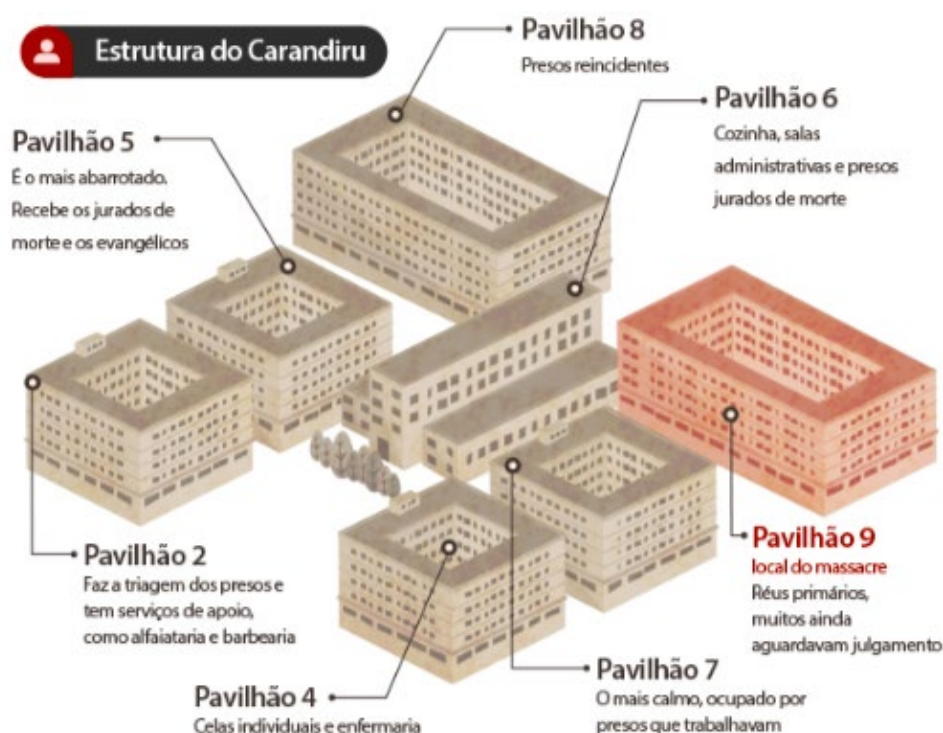


Disponível em: < <https://www.saopauloinfoco.com.br/historia-carandiru/> >.

2.2. Situação política em 1992

No ano de 1992, o então presidente, Fernando Collor de Mello, sofreu um processo de *impeachment* após ser acusado de envolvimento em casos de corrupção, fraude financeira entre outros delitos. Após o fracasso do Plano Collor (foram confiscados todos os depósitos bancários da população que ultrapassassem a 50 mil cruzeiros, 4 mil reais nos tempos atuais) e as diversas manifestações contra o seu governo, o Senado votou por sua destituição, com 76 votos a favor e 3 contra. A época foi marcada por grande instabilidade financeira, falência e desemprego, pois a sociedade brasileira passava por muita dificuldade econômica.

2.3. Mapa da “Casa de detenção de São Paulo”



Fonte: Livro Estação Carandiru (1999), escrito pelo médico Dráuzio Varella

O Pavilhão 9, local do massacre, abrigava 2.000 dos 8.000 presos da Casa de Detenção, e contava com somente 6 funcionários.

2.4. O estopim

O significativo 2 de outubro de 1992 marcava uma data importante para os detentos, os quais contariam com a presença de seus familiares para assistir à final do campeonato de futebol interno do Pavilhão 9. A disputa era protagonizada pelos times ‘Furacão 2000’ e ‘Burgo Paulista’.

Nesse sentido, a prisão encontrava-se em êxtase. A maioria da população encarcerada assistia

ao evento, com exceção de dois prisioneiros: Antônio Luís do Nascimento (Barba) e Luís Tavares de Azevedo (Coelho). Concomitante ao campeonato, Barba, que era de uma facção da Zona Sul, decidiu, armado, encontrar Coelho, membro de um grupo da Zona Norte, iniciando um conflito violento. Pouco se sabe sobre o real motivo da briga, ainda há divergência se ela era sobre drogas ilícitas, pendências do mundo fora das grades ou até mesmo sobre a própria competição esportiva do pavilhão.

Por conseguinte, inúmeros prisioneiros juntaram-se às suas respectivas facções, dando força ao motim e proporcionando alguns feridos, esses levados à enfermaria, no Pavilhão 4. É importante citar que os funcionários tinham consciência da crescente rebelião, visto que o andar com os cidadãos machucados foi trancado. Pouco tempo depois, o pavimento foi invadido pelos detentos, tamanha a força da rivalidade entre as facções, que, pouco tempo depois, ocasionou a união dos presos. Os agentes presentes rapidamente abandonaram o pavilhão, deixando-o completamente sob domínio dos 'rebeldes'.

Em decorrência disso, alguns prisioneiros entraram em suas celas, com o objetivo de assegurar a própria vida e evitar que fossem julgados como os verdadeiros culpados pela situação. Porém, os outros civis presentes sabiam que tinham atenção da mídia, e logo decidiram denunciar a condição insalubre do local; criando barricadas, incendiando desde colchões a arquivos, fazendo cartazes exigindo melhorias e espalhando sangue de indivíduos soropositivos pelas escadas, invadidas horas depois. Este foi o estopim para que a Polícia Militar fosse chamada, com o aval de José Ismael Pedrosa, diretor da casa de detenção desde a última década.

Em seguida, helicópteros começaram a sobrevoar a prisão, e, ao mesmo tempo, diversos batalhões de elite chegaram ao local, reunindo um número de aproximadamente 320 homens, 25 cavalos e 13 cães. Alguns dos batalhões eram:

- Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar);
- Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar);
- Choque;
- Cavalaria;
- Corpo de Bombeiros.



Portaria do Carandiru às 16:00 do dia 02/10/1992. Disponível em: < <https://headtopics.com/br/>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

Enquanto a confusão instalava-se na portaria da penitenciária, Pedrosa dava continuidade à tentativa de negociar com os detentos. Após perceber que a ação seria ineficaz, o diretor da prisão tomou uma decisão que mudaria a vida de centenas de pessoas. A partir deste momento, o Coronel Ubiratan Guimarães teria o comando da operação.

Em relação à decisão do diretor, é importante mencionar que Ismael de Pedrosa seguiu o conselho de Antonio Filardi, que ocupava o cargo de Secretário Adjunto de Segurança Pública. De acordo com Filardi, Guimarães era a pessoa mais apta a tomar o comando. Tal fato pôde ser evidenciado no depoimento de José na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: "... o Dr. Filardi me disse: Pedrosa, passa o comando para o Cel. Ubiratan por ele ser um oficial bastante experiente...".

2.5. Invasão policial

De acordo com o portal jornalístico "Terra", os prisioneiros decidiram jogar suas armas pelas janelas do pavilhão, com o objetivo de pôr fim na rebelião. Entretanto, a afirmação é contraposta pela versão da advocacia, a qual defende que as armas foram jogadas contra a polícia, numa tentativa de enfraquecer o preponderante batalhão.

Consequentemente, a invasão agora era defendida pela maior parte dos agentes. Porém, a vida de centenas de homens dependia do 'sim' ou do 'não' de um dos políticos encarregados de apaziguar a situação, eram eles: Antônio Fleury e Pedro de Campos. Bastava concordar com o plano de Ubiratan para que as barricadas fossem quebradas e a invasão policial e militar fosse instaurada. Atualmente, não se sabe quem realizou a ligação, se foi Fleury, governador do estado, ou Campos, o Secretário de Segurança Pública. A única informação precisa é que o 'sim' foi dito.

Após a aprovação, o pelotão militar seguiu em direção à entrada do pavilhão que abrigava o motim. A versão da promotoria, no julgamento de Ubiratan, diz que mais de 300 homens invadiram o local, com a maioria deles sem seus cartões de identificação. Porém, a versão dos agentes, adquirida em entrevistas pela Folha de São Paulo, informa que foram pouco mais de 80, todos com suas devidas documentações.

A princípio, a ocupação foi um choque para todos os presentes. Enquanto os PMs assustavam-se com a condição em que a prisão se encontrava, os detentos foram amedrontados pelo perigoso arsenal de armas, carregado pelas forças do Estado. No primeiro andar, a visão inicial do batalhão foi o corpo de um detento pendurado no telhado, ao mesmo tempo, armas brancas e sacos de fezes eram atirados em direção aos agentes. Além disso, a perícia policial revelou que o primeiro andar foi rapidamente controlado, com cerca de 26 mortes, também se sabe que Ubiratan Guimarães saiu do prédio neste momento, visto que havia sido ferido.

Entretanto, a versão dos encarcerados distingue-se. Eles estavam rendidos e esperavam dentro de suas celas. Contudo, policiais ainda continuaram com a agressão, assassinando os indivíduos que, supostamente, entregaram-se. Sucessivamente com a saída de Guimarães, o capitão Wilton Brandão Filho era o novo comandante da missão, e deu continuidade à chacina.

A subida ao segundo andar não foi fácil, as escadas estavam repletas de sangue, o que atrasou a apropriação do próximo pavimento. Pouco se sabe sobre o que realmente ocorreu no andar em questão, mas a maioria das vítimas do massacre perdeu a vida neste momento. Destarte, a polícia continuou atirando em indivíduos que se encontravam em suas respectivas celas, mirando no tórax e na cabeça dos civis sem liberdade.

O batalhão agora movia-se em direção ao terceiro e quarto pavimentos. Igualmente ao que foi dito, não é de conhecimento geral um expressivo número de detalhes acerca das ações de ambos os lados, apenas que os mortos dos dois andares, quando somados, chegavam a menos de 20, conforme a versão oficial da perícia. Portanto, com a tomada dos quatro andares do prédio, os fogos agora haviam sido cessados, e o conflito chegou a um fim.

Ao mesmo tempo em que membros feridos da polícia eram encaminhados ao hospital, os sobreviventes da chacina eram ameaçados e obrigados a ficarem nus e dirigirem-se aos pátios da cadeia pelos oficiais encarregados de manterem a ordem no local. Depois de uma contagem ser feita, foram coagidos a carregarem os corpos de seus companheiros até o primeiro andar do Pavilhão 9, para que a perícia fosse dificultada e o cenário fosse manipulado. De acordo com o ex-detento Marcos Fernandes de Omena, em uma entrevista ao *podcast* "Podpah", em 2021, alguns cidadãos foram assassinados depois de terem concluído as ordens dos policiais, para que não houvesse mais relatos a favor da promotoria.

Por fim, às 3 horas do dia seguinte, descobriu-se que 111 detentos haviam falecido e que mais de 100 foram feridos, alguns em estado crítico. Porém, para que o resultado das eleições do próximo dia não fosse afetado, às 20 horas foram divulgadas a morte de apenas 8 detentos, sem terem sua identidade revelada.



Lista dos detentos que haviam sobrevivido à chacina. 3/10/1992. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/tudo-sobre/carandiru/>>. Acesso em: 6 jan. 2023

Depois dos sobreviventes, ainda nus, terem sido forçados a voltarem às suas celas repletas de sangue, a PM deixou a Casa de Detenção de São Paulo. Os corpos foram levados ao Instituto Médico Legal (IML) e, no fim do primeiro turno das votações, às 16h30, foi revelado a toda a nação que 111 pessoas haviam perdido a vida numa rebelião na maior cidade do Brasil, e, por mais que não fosse do desejo dos comandantes, tal ação mudaria o rumo do sistema de segurança pública de todo o país para sempre.

2.6. Após o massacre

De acordo com o Ministério Público, dos 515 tiros disparados pela PM, 126 atingiram a cabeça, 31, o pescoço, 223, o tronco, 58, os membros superiores e 77, os membros inferiores. Foram identificados

ainda sinais de violência física e mordidas caninas no corpo dos falecidos. De acordo com o perito Osvaldo Negrini Neto, ao chegar no local, a energia estava desligada, fator que dificultou a perícia. Após o retorno, as cenas do massacre tinham sido modificadas, corpos foram removidos e o local tinha sido limpo. Ele constatou que 90% dos disparos tinham sido efetuados da porta para dentro da penitenciária.

Andar	Ação Policial
1- Pavimento 2	15 presos foram mortos após a operação feita por 27 agentes da Polícia Militar (PM), sendo que 23 destes foram condenados a 156 anos de prisão (cada um) pela morte de 13 detentos. O julgamento aconteceu no dia 21 de abril de 2013.
2- Pavimento 3	30 policiais militares das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) participaram da ação que gerou 78 mortes. No dia 3 de agosto de 2013, 25 PMs foram condenados a 624 anos de prisão (cada um) pelo assassinato de 52 presos. No julgamento do dia 9 de dezembro de 2014, um policial também foi condenado a 624 anos de prisão pela morte de 52 detentos.
3 - Pavimento 4	8 presos foram mortos após a operação feita por 16 agentes do Comando de Operações Especiais (COE). No dia 2 de abril de 2014, 15 policiais foram condenados individualmente a 48 anos de prisão pela morte de 4 presos.
4 - Pavimento 5	10 presos foram mortos após a operação feita por 13 policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE). No dia 19 de março de 2014, 10 policiais foram condenados pela morte de 8 detentos, sendo 9 condenados a 96 anos individualmente, e um policial condenado a 104 anos.

No ano de 2018, o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo anulou todos os cinco julgamentos dos policiais no massacre, alegando que os agentes foram condenados de forma que não condizia com as provas apresentadas durante o processo. Entretanto, no ano de 2021, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter as condenações, reforçando que a decisão da condenação não deveria ser questionada, autorizando somente a revisão das penas dos agentes por parte do TJ.

A repercussão internacional do massacre e das decisões dos julgamentos foi tão grande que organizações defensoras dos direitos humanos, como a CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito internacional), a Pastoral Carcerária e a Comissão Teotônio Vilela se reuniram juntamente com outras organizações semelhantes na elaboração de um documento que relatava sobre as infrações ocorridas dentro do sistema penitenciário brasileiro. O relatório foi posteriormente enviado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que concluiu a culpa do Estado Brasileiro pelas 111 mortes.

Segundo o cientista político Bruno Paes Manso, pesquisador da Universidade de São Paulo, o novo governador do estado, Mário Covas, deu início a projetos que visavam uma reforma do sistema carcerário. Novos presídios foram construídos e um limite de pessoas por unidade foi estabelecido.

Outrossim, com o objetivo de evidenciar tanto o número de armas utilizadas pelos policiais quanto às apreensões feitas, uma pesquisa foi realizada pelo Instituto Terra, em 2012. A seguir, dados da pesquisa em questão.

DADOS ACERCA DAS ARMAS

Classificação	Quantidade
Revólveres Taurus	224 unidades
Revólveres Rossi	76 unidades
Revólveres Magnum	23 unidades
Pistola Calibre 45	1 unidade
Revólver Smith-Wesson	1 unidade
Metralhadoras Bereta	21 unidades
Metralhadoras HK	8 unidades
Fuzis M-16	4 unidades
Rifle True-Flit	1 unidade
Espingardas Calibre 12	3 unidades
Total:	362 artifícios

DADOS ACERCA DAS APREENSÕES

Classificação	Quantidade
Revólveres	13 unidades
Armas Brancas*	165 unidades
Pedaços de Ferro	25 unidades
Marreta de Ferro	1 unidade
Cocaína e Maconha	Indeterminada

*As armas brancas em questão são as criadas pelos detentos, como facas, giletes afiadas, navalhas, etc.

Ainda assim, uma das principais consequências do extermínio foi a criação do primeiro comando da capital, o PCC. Tal organização foi fundada na Casa de Custódia de Taubaté, em 31 de agosto de 1993, com o objetivo de combater a opressão dentro do sistema prisional paulista e vingar a morte dos cento e onze presos. Além disso, o grupo usa o símbolo chinês do *yin-yang*, numa justificativa de balancear a sabedoria entre o bem e o mal.

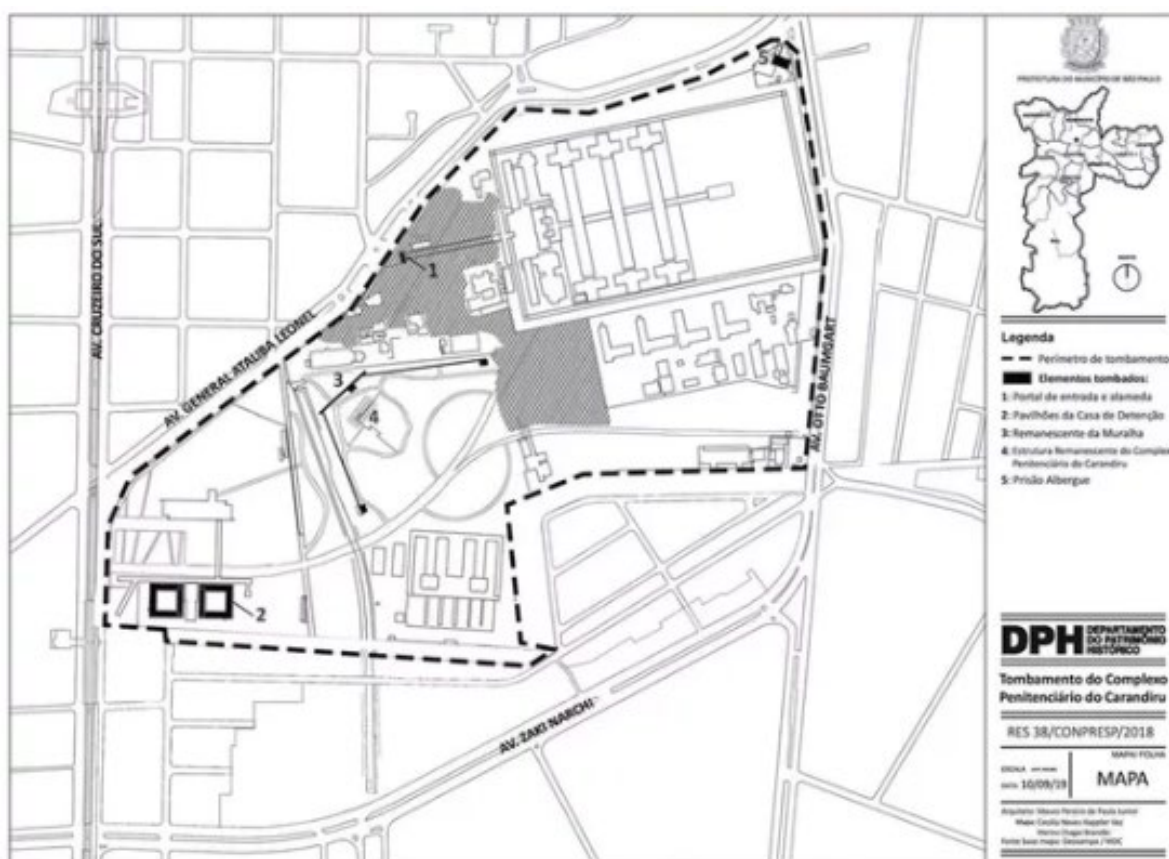


Janela do Carandiru em 2001. Disponível em: < <https://ponte.org/pcc-a-irmandade-dos-criminosos/> >. Acesso em: 8 jan. 2023.

Atualmente, o grupo de criminosos é financiado pelo tráfico de drogas, mas roubos, sequestros e assaltos a bancos também contribuem. O PCC está presente na maioria dos presídios paulistas, mas atua em outros países da América Latina, como Colômbia, Paraguai, Venezuela e Chile. Embora tenha rivalidade com outros grupos criminosos, como o Comando Vermelho, tal partido consolidou-se como a maior e mais relevante facção criminosa do Brasil

2.7. Desativação do Carandiru

No dia 12 de março de 2001, a Casa de Detenção de São Paulo extinguiu-se e foi transformada em Penitenciária Carandiru I, Carandiru II e Carandiru III. Entretanto, no ano seguinte, o governo decidiu desativar todas as penitenciárias. Entre os anos de 2002 e 2005, foram dinamitados os pavilhões 6, 8, 9, 2 e 5. Os pavilhões restantes (4 e 7) são utilizados pelo Centro Paula Souza e pelas ETECs de Artes, que contêm também o Parque da Juventude. Em março de 2018, a Prefeitura de São Paulo tombou, como patrimônio cultural, essas estruturas junto com o portal de entrada da antiga penitenciária, o muro do presídio e o edifício da prisão albergue.



Infográfico elaborado em: 07/11/2019

3. CASO A: UBIRATAN GUIMARÃES



Coronel Ubiratan em uma de suas aparições públicas. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=268527> >.

3.1. Histórico

Visando uma melhor compreensão das motivações e responsabilidades do coronel Ubiratan no massacre, será exposta uma breve história de sua carreira política e militar.

3.1.1. História de Ubiratan Guimarães

Ubiratan Guimarães, mais conhecido como Coronel Ubiratan, nasceu em 19 de janeiro de 1943. Ele ingressou na carreira militar muito jovem e, aos 21 anos, formou-se na Academia Barro Branco como aspirante oficial. Sua atividade militar durou 34 anos. Suas principais posições antes de se tornar o comandante do policiamento da capital foram estar à frente do Regimento da Cavalaria 9 de Julho (atuando na preservação e manutenção da ordem pública) e do Policiamento de Choque.

Além disso, Ubiratan também assumiu o comando interino de outros agrupamentos, como a “Rota”, grupo ligado à Tropa do Choque. Em sua posição de comandante do Policiamento Metropolitano, o coronel liderou uma operação destinada a controlar uma rebelião no Carandiru, em 2 de outubro de 1992, procedimento que deixou 111 cadáveres. É importante destacar, no entanto, que nessa invasão, o coronel foi atingido nas escadas do Pavilhão 9. Policiais relataram que o objeto era uma televisão ou um galão de água em chamas. Para preservar sua saúde, Guimarães saiu antes da operação ser finalizada.

Em 1994, após a chacina, Ubiratan Guimarães havia saído impune e ingressou na vida política como suplente de deputado. Em 2002, se candidatou a deputado federal pelo PPB, e foi eleito com o número 11.190, número que supostamente fazia alusão a quantidade oficial de mortos do Carandiru (111). Em 2006, ele tentou se reeleger com o número 14.111, mas foi morto em 9 de setembro daquele mesmo ano, encontrado no seu apartamento, localizado no bairro paulistano dos Jardins, com um tiro no abdômen.

3.1.2. Absolvição do coronel

O caso do massacre foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos, pela Comissão Teotônio Vilela, a Americas Watch e o Cejil — Centro Pela Justiça e pelo Direito Internacional. A denúncia foi considerada procedente e, em abril de 2000, a comissão recomendou ao governo que fizesse uma investigação imparcial e efetiva para apuração das responsabilidades, a indenização das vítimas e de seus familiares, e o desenvolvimento de políticas e ações para acabar com a superlotação das Casas de Detenções.

Por conseguinte, em junho de 2001, quase nove anos após o massacre, Ubiratan Guimarães, líder da operação militar à Casa de Detenção de São Paulo, foi condenado a 632 anos de prisão pela morte de 102 dos 111 presos mortos, sendo 6 anos por cada homicídio e 20 anos pelas 5 tentativas de homicídio. Contudo, logo que foi oficializada a sentença, o advogado do coronel, Vicente Cascione, entrou com um recurso judicial, e Guimarães, haja vista que era réu primário, compareceu a todas as etapas do processo e tinha endereço fixo, pôde recorrer da sentença em liberdade.

Em 2002, Ubiratan Guimarães foi eleito deputado estadual por São Paulo. Em decorrência disso, o julgamento do recurso foi realizado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ), ou seja, pelos 25 desembargadores mais antigos do estado de São Paulo, em 15 de fevereiro de 2006. O Órgão reconheceu, por vinte votos a dois, que a sentença condenatória, proferida em julgamento pelo Tribunal do Júri, não era adequada, em virtude de que o coronel havia sido atingido e teve que ser hospitalizado durante a retomada do presídio. Essa revisão acabou absolvendo o réu Ubiratan Guimarães da maior condenação da história da justiça brasileira.

3.1.3. Batalhão de Polícia de Choque

O 2º Batalhão de Polícia de Choque foi criado em 1934, na Guarda Civil do Estado de São Paulo, com o nome de Divisão de Reserva. Seu objetivo era garantir a segurança de São Paulo, ou seja, controlar tumultos e policiar a cidade. Essa subunidade militar tem uma característica específica: ser uma tropa de pronta resposta - pelotão que já é treinado, e que tende a agir em casos que necessitam de uma equipe de PM mais treinada e com melhores armamentos.

Consequentemente, por conta de todo o treinamento, o Batalhão especializado costuma ser mais violento, atuando em circunstâncias com um perigo muito maior ou em situações que envolvem um grande grupo de pessoas, como ocorreu no Carandiru. A Tropa de Choque, na rebelião da Casa de Detenção de São Paulo, liderada pelo tenente-coronel Luiz Nakaharada, foi autorizada a entrar com metralhadoras pelo comandante do Policiamento Metropolitano, Ubiratan Guimarães. Houve uma quantidade de mortes desnecessárias, tendo em vista que muitos presos já haviam se rendido e estavam trancados em suas celas, sem apresentar risco à saúde e integridade dos policiais.

Portanto, por mais que os militares tivessem recebido ordem para conter a rebelião, a abordagem escolhida foi desumana, resultando em uma tragédia. Com isso, nota-se o despreparo da Polícia Militar desde 1992, e que perdura até hoje.

3.2. O caso contra Ubiratan Guimarães

O coronel Ubiratan Guimarães foi responsável por comandar a operação para conter a rebelião da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, em 2 de outubro de 1992.

No Tribunal Penal Internacional, Ubiratan Guimarães exerce papel de réu, sendo julgado por crimes contra a humanidade, de acordo com as acusações, testemunhas e relatos, e pontos de defesa.

3.3. Crime I - Crimes contra a humanidade



Manifestação contra o massacre do Carandiru. Fonte: Jornal Correio do Povo. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/barroso-mant%C3%A9m-condena%C3%A7%C3%A3o-de-pms-do-massacre-do-carandiru-1.867163>>.

3.3.1. Contexto do crime

No dia 2 de outubro de 1992, a partir das 16 horas, nas dependências do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, Ubiratan Guimarães, na condição de Comandante do Policiamento Metropolitano, portando uma metralhadora HK MP5K-21362, calibre 9mm, decidiu iniciar a operação para conter a rebelião no Complexo do Carandiru, resultando na invasão daquele estabelecimento prisional. O coronel ordenou que seus comandados, munidos de armas letais, como armas de fogo, contivessem o motim, ainda que conhecesse perfeitamente a violência com que agiam alguns de seus subordinados.

Além disso, estava ciente de que havia um risco de acontecer uma chacina e, mesmo assim, realizou a operação. Após o início da invasão, na qual já se desenhava a tragédia, com os inúmeros tiros de metralhadoras, preferiu não abortar a missão, e continuou com o massacre. Por conseguinte, o Tribunal Penal Internacional julgará a culpabilidade do coronel Ubiratan pelos crimes dolosos contra a vida, consumados e tentados, ocorridos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, tendo em vista a sua aptidão em parar com a operação.

3.3.2. Consequências imateriais

Além de toda a violência física e mortes que a invasão do Carandiru gerou, existe também, a violência emocional que ocorreu. O medo e a agonia gerados pelo massacre perduraram por muito tempo na vida dos sobreviventes. Detentos perderam amigos próximos, conhecidos e companheiros de cela, e ficaram apavorados, sem saber se seriam o próximo a morrer.

David Orestes, ex-detento do Pavilhão 9, conta que a lembrança do dia 2 de outubro de 1992 o perseguiu até nos sonhos:

“Nos primeiros anos, eu estava sempre lembrando. Às vezes, eu sonhava. Cheguei até a cair da cama sonhando com esse massacre. Foi muito sangue, muita gente morta. Hoje, já estou bem melhor. Mas, no começo foi difícil, porque a gente sai de lá e a gente perde o humor. O humor da gente sai bem baixo. Difícil se adaptar com as pessoas aqui fora que têm outro modo de vida”

Com o depoimento de David, constata-se, que os sobreviventes sofreram uma dor emocional imensa, e que, a chacina foi mais do que apenas violência física.

3.3.3. Acusações

Ubiratan Guimarães será acusado, de acordo com o artigo 7º do Estatuto de Roma, pelos Crimes contra a Humanidade, em virtude de ter comandado a operação, com objetivo de conter a rebelião no complexo prisional do Carandiru, em 1992:

- Homicídio;
- Tortura.

3.3.4. Testemunhas e relatos

Sidney Sales foi um dos sobreviventes do massacre do Carandiru. Sales conta, em uma conversa com o jornal “*El País*”, que toda a revolta começou por uma briga entre dois detentos, em que um deles foi gravemente machucado. A indignação dos presos começou quando o detento ferido não foi removido pelos agentes penitenciários. Em decorrência disso, começou uma agitação entre os detidos. Sidney também expõe que, quando descobriu que a Tropa de Choque estava invadindo a prisão, foi imediatamente para uma cela com outros encarcerados:

“Tinha 10 pessoas dentro da cela, todas agachadas rezando cada um pro seu deus. Eu não fiz diferente. Me ajoelhei e comecei a orar o Salmo 91. Um policial disparou algumas balas pela portinhola de abertura da porta. Uma delas ricocheteou na parede e terminou na nuca de um dos presos. Estevão morreu do meu lado, sem dar um grito, foi morte instantânea. Começou a se formar uma poça de sangue, e aí veio o pânico”.

É possível perceber a intenção dos policiais por meio desse ato, os detentos estavam rendidos em suas celas e, mesmo assim, a PM disparou tiros aleatoriamente. Sales continua a sua história falando de como foi após sair da cela e ser conduzido até o pátio:

“Os policiais abriram as portas, e, de cada 10 presos que passavam, eles empurravam dois ou três no fosso. Imagina, uma queda de cinco andares... Quando vi que estavam fazendo isso mudei meu lugar na fila pra ficar mais perto da escada e escapar do vão”.

Outro relato, pautado em depoimentos dos detentos, é o do promotor Norberto Jóia, no julgamento de 2001 de Ubiratan Guimarães. Jóia declara que Guimarães só foi atingido por uma explosão após os detidos começarem a descer em direção ao pátio. Isso significa, segundo o promotor, que, mesmo o coronel já tendo dominado o pátio e o térreo do Pavilhão 9 e ter ouvido tiros e rajadas de metralhadoras, não tentou parar a operação, omitindo-se. Além disso, Guimarães não tentou iniciar novas negociações com os presos, ainda que estes estivessem encurralados e não pudessem fugir.

Além dessas declarações, o desembargador Fernando Antônio Torres Garcia, juiz da Corregedoria na época do massacre, afirma que a ordem para invadir o Pavilhão 9 foi do coronel Ubiratan Guimarães. No julgamento dos PMs que atuaram no Carandiru, Garcia, como testemunha de defesa dos policiais, culpabiliza apenas o coronel. De acordo com o desembargador, ele, Ubiratan e o juiz-corregedor do presídio do Carandiru, Ivo de Almeida, se reuniram no dia do episódio para avaliar a situação da rebelião no presídio, e segundo seus relatos, Guimarães foi a pessoa que deu a ordem da invasão.

Todas essas alegações demonstram as consequências da ordem para invasão do complexo prisional, dada pelo coronel: violência física e emocional. Ainda que Ubiratan tivesse conhecimento da possibilidade de um massacre e de negociações, preferiu continuar com o ato.

3.3.5. Pontos de defesa

Embora o coronel Ubiratan Guimarães fosse, na época do massacre, o comandante do Policiamento Metropolitano, existem pontos que desculpabilizam o réu.

Moacir dos Santos, diretor da Divisão de Segurança e Disciplina da Casa de Detenção do presídio e substituto imediato do diretor, José Ismael Pedrosa, relatou, em depoimento no Fórum de Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, que:

“A Tropa de Choque entrou invadindo, não respeitando nem o Ubiratan [coronel Ubiratan Guimarães, comandante da Polícia Militar na época em que ocorreu o Massacre do Carandiru]. Ele [Ubiratan] não deu ordem para isso, mas depois ele viu que não tinha mais jeito”.

Além disso, também contou que o coronel só ficou alguns minutos no Carandiru, tendo em vista que foi atingido por um aparelho de televisão que foi arremessado do pavilhão, e, em decorrência disso, teve de ser socorrido.

A defensoria de Ubiratan também nega a responsabilidade de Guimarães no massacre. Segundo Vicente Cascione, advogado oficial de Ubiratan Guimarães:

“Os presos que se renderam e não foram para cima [dos PMs] foram salvos e socorridos. Todo mundo fala no número de mortos. Ninguém fala do número de poupados, quase 2 mil. Morrem 100 por opção. É um confronto, meu Deus do céu”.

Cascione ainda acrescenta que, se o coronel e a PM não tivessem entrado, os presos do pavilhão morreriam em virtude dos incêndios causados pelos próprios detentos, e que, somente desse modo, seria um massacre.

Ademais, existem suspeitas de que não foi o coronel Ubiratan Guimarães quem deu a ordem, mas que Guimarães recebeu ordem do ex-secretário de Segurança Pública, Pedro Franco Campos e do ex-governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Sendo assim, o coronel não seria responsável pelas mortes da invasão, pois apenas estaria cumprindo ordens.

4. CASO B: LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO



Fonte: O Patativa. Disponível em: <<https://bernardoschmidt.blogspot.com/201103/luiz-antonio-fleury-filho-fala-de.html>>.

4.1. Histórico

Neste tópico será exposta a história de Luiz Antônio Fleury Filho, com o objetivo de promover uma compreensão completa da participação do ex-político, professor e promotor no conflito, junto com as motivações.

4.1.1. História de Luiz Antônio Fleury Filho

Luiz Antônio Fleury Filho foi governador do estado de São Paulo, Deputado Federal, promotor de justiça e professor de direito ao longo de sua vida. Nasceu em São José do Rio Preto no dia 30 de março de 1949, mas cresceu em Porto Feliz, sendo ambas cidades no interior de São Paulo.

Aos 15 anos, foi admitido como aluno interno da Academia da Polícia Militar do estado e permaneceu na associação por nove anos, até 1973, tornando-se tenente. No mesmo ano, formou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e iniciou sua carreira política, logo após a aprovação para o cargo de promotor no Ministério Público do estado de São Paulo. Chegou a ser presidente da Associação Paulista do Ministério Público entre 1982 até 1986. No ano seguinte, foi nomeado secretário de segurança pública pelo governador da época Orestes Quércia, e permaneceu no cargo até 1990. Fleury radicalizou a ação policial, buscando o fortalecimento da instituição como um elemento crucial e não tolerou nenhum tipo de trégua ao crime.

Posteriormente, concorreu às eleições de governador estadual em 1990, sendo eleito por maioria popular, e tendo seu mandato de 1991 até 1994, fortalecendo a Polícia Militar e a violência dentro de presídios contra os criminosos. Após esse período, ele concorreu duas vezes para o cargo de Deputado Federal, sendo eleito de 1999 até 2006.

4.1.2. Governo de Luiz Antônio Fleury Filho

A política de Luiz Antônio Fleury Filho seguia a mesma ideologia de seu antecessor Orestes Quércia, ou seja, uma repressão maior ao crime para satisfazer os anseios da população paulista. Ao ser eleito governador do estado, é dever deste político juntamente com os secretários, gerenciar a administração e gestão do estado, além de estar sob sua responsabilidade o órgão de Segurança Pública, ou seja, as Polícias Civil e Militar. Desse modo, por ter sobre seu poder o policiamento, algumas das medidas tomadas por Fleury foram endurecer as políticas de segurança pública e aumentar a força policial, transformando-a em mais letal e violenta, com o intuito de combater a criminalidade no estado e manter a ordem social. Cinco anos antes da invasão do Carandiru, os números de homicídios cometidos pela Polícia Militar aumentavam significativamente em São Paulo. Em 1992, saiu na Folha de São Paulo que a Polícia Militar no governo de Fleury matava um civil a cada sete horas.

SÃO PAULO: HOMICÍDIOS COMETIDOS PELA POLÍCIA MILITAR (1978-92)

Governador	Anos	A polícia militar de São Paulo mata uma pessoa
Paulo Maluf	1978-82	A cada 30 horas
Franco Montoro	1982-86	A cada 30 horas
Orestes Quércia	1986-91	A cada 17 horas
Luiz Antonio Fleury Filho	1991-92	A cada 7 horas

Fonte: Folha de São Paulo, setembro de 1992.

As consequências pelas medidas tomadas foram claras e proporcionais: um aumento da violência policial, o qual levou a um aumento de rebeliões dentro das prisões. Aproximadamente 3400 pessoas foram mortas por policiais durante o governo de Fleury, sendo comemorado e propagado como algo benéfico para os veículos de mídias e para a sociedade. Durante seu governo que foi criada a primeira Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Brasil, um órgão que cuidaria exclusivamente de todo o sistema carcerário.

Por mais que houvesse uma repercussão intensa e global por conta da violação de direitos humanos

pelo estado dentro de um governo democrático, até o final de seu mandato, não houve mudanças. No massacre, foi exposta a agressividade da política de Fleury de forma internacional, com apoio da população e da mídia.

4.1.3. Influência no Massacre do Carandiru



Disponível em: < <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/brasil/noticia/2016/09/27/tjsp-anula-condenacoes-de-policiais-acusados-do-massacre-do-carandiru-639745.php> >.

Ao ser eleito governador do estado de São Paulo, Fleury tinha como responsabilidade, além de administrar economicamente, estabelecer políticas públicas, isso inclui medidas de segurança para a população estadual.

Dessa forma, exemplificando, ao ser notificado por instabilidades e violências em presídios sua função é autorizar ou não a interferência da Polícia Militar para apaziguar a situação. Logo, é responsável por toda ação de seus subordinados. Durante o massacre ocorrido no dia 2 de outubro de 1992, ocorreu uma transferência de administração dos agentes militares, do governador, ou seja, da Secretaria de Justiça, para o secretário de Segurança Pública. Como consequência da chacina, houve a morte de 111 pessoas.

4.2. O caso contra Luiz Antônio Fleury Filho

Luiz Antônio Fleury Filho exerceu o papel de governador do estado de São Paulo durante os anos de 1991 até 1994. Será julgado pela sua influência no massacre ao transferir a administração do sistema penitenciário da Secretaria de Justiça para a Segurança Pública. No Tribunal Penal Internacional, Fleury Filho desempenha a posição de réu, o qual será julgado pelos atos cometidos. Conforme relatos, testemunhas e acusações, o governador será julgado por crimes contra a humanidade.

4.3. Crime I: Crimes contra a humanidade

4.3.1. Contexto do crime

Na manhã do dia 2 de outubro de 1992, véspera das eleições municipais de São Paulo, o governador

Luiz Antônio Fleury Filho foi à cidade de Sorocaba, no interior do estado, para prestar apoio ao candidato do partido que estava concorrendo a prefeito e que tinha mais chances de vitória. Aproximadamente às 14h30, prestes a almoçar, Fleury recebeu uma ligação do secretário de governo, Cláudio Alvarenga, dizendo que havia uma rebelião na Casa de Detenção, mas que estava sob controle.

É importante ressaltar que a ordem dos fatos é incerta e que existem diversas versões, por exemplo, da ocorrência da ligação, e que a apresentada seria apenas uma entre várias. Outra compreensão seria que o deputado estadual e prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, admite que houve essa ligação às 15h pelo Secretário de Segurança Pública de SP., Entretanto, o próprio Fleury nega a ocorrência dessa ligação nesse horário, e que ela ocorreu às 18h30 e de forma “superficial”.

Havia no local, na Câmara, três juízes, adjunto da secretaria de segurança pública, do diretor do presídio, José Ismael Pedrosa, e do Coronel Ubiratan, e todos concordaram que era o momento de a polícia entrar no presídio. Pela situação ser uma rebelião com mais de 1200 presos, parte do pavilhão estava em chamas, e falava-se de uma fuga em massa. A polícia entrou, e, no início, tudo estava ocorrendo de uma forma regular e tranquila, até o coronel ser atingido, tornando a situação instável e conflituosa.

Contudo, mais uma vez, fica impreciso determinar uma interpretação correta das ações, por conta dos vários depoimentos feitos. Outra versão, por exemplo, seria de que o Coronel Ubiratan teria tomado controle da situação logo no início, sem negociação com os presos, então mais de 300 policiais militares entraram com revólveres, metralhadoras, fuzis e 13 cães dentro da Casa de Detenção. Ao saber da situação grave do Carandiru, Fleury voltou de helicóptero a São Paulo.

O governador se manteve no poder até 1994. Durante esse período, foi investigado, mas absolvido por não ter sido denunciado ao Ministério Público.

Outra medida realizada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP foi uma avaliação do caso do massacre do Carandiru. O relatório tinha como base laudos e depoimentos de presos do Pavilhão 9 e de seus parentes. O órgão constatou a responsabilidade dos policiais militares e, também, a de quem permitiu que essa operação existisse, logo, responsabilizou Fleury Filho pelo massacre dos 111 presos. O Conselho da OAB-SP decidiu, no entanto, em setembro, não aprovar o relatório da Comissão, por falta de denúncias.

O governador Fleury somente concedeu informações completas sobre o número de mortos 24 horas depois do evento, no dia 3 de outubro, por volta das 17 horas, no final da eleição.

4.3.2. Acusações

Luiz Antônio Fleury Filho será acusado, de acordo com o Artigo 7º do “Estatuto de Roma”, dentro de Crimes de contra humanidade, por sua participação como governador, que detinha a responsabilidade pelas ações militares contra a população civil do Carandiru e que, indiretamente, causou:

- Tortura;
- Ofensas graves à integridade física ou mental de membros de um grupo.

4.3.3. Testemunhas e relatos

O agente penitenciário, Moacir dos Santos, em seu depoimento, disse que estava almoçando

quando soube que estava ocorrendo uma briga entre duas facções, no Pavilhão 9 do segundo ao terceiro pavimento.

“Não era uma rebelião. Aquilo lá era um acerto de contas entre os detentos dos grupos Barba e Coelho.”

O carcereiro ainda alega que os policiais “plantaram” as armas após a rebelião e que entraram disparando nos presos e ainda ameaçavam os funcionários que tentavam salvar os baleados. Outro depoimento foi do perito Osvaldo Negrini Neto, que declarou que a perícia conseguiu fazer a análise do local doze dias depois do ocorrido, e que os tiros foram disparados da entrada da cela para dentro.

A advogada dos policiais, Ieda Ribeiro dos Santos, alega que as acusações contra os policiais são genéricas e não são individualizadas:

“Contra acusação genérica eu não tenho como me defender. Eu preciso que você me acuse de algo para me defender. Preciso que me mostrem onde está a atuação de cada um dos policiais”.

Ademais, dos Santos afirma que a culpa sobre o massacre deveria ter recaído sobre o governador, ou seja, uma autoridade civil e que o mesmo deveria ser julgado. Ela diz que é “vergonhoso”, “indecente” e “inconcebível” para o país que o governador do estado não tinha conhecimento da gravidade da situação dentro do Carandiru e nem de quem deu a ordem.

Adiante, a advogada continua alegando que o ex-governador não compareceu à Casa de Detenção e não foi indicado como réu por ter influência política e contatos de políticos poderosos que o protegem.

“Em uma véspera de eleição, ninguém quer assumir isso [ter dado a ordem]. Então, botam na conta desses homens [policiais].”

A defesa ainda argumenta, com a fala de Fleury, que o ex-governador qualifica como válida e imprescindível a vanguarda da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), já que o mesmo, em um de seus depoimentos, diz que, se estivesse em seu gabinete, teria dado a ordem de entrada. Além de tudo, Ieda Ribeiro expõe que o ex-governador afirma ter responsabilidade política sobre o ocorrido. Sendo responsabilidade política quando as ações dos governantes são julgadas a partir da permanência do governo depende da qualidade do governo.

Ainda um sobrevivente, Antonio Carlos Dias, deu um depoimento que alegava que os números de mortes que foram divulgados pelo governo do estado eram incoerentes, tendo em vista que ele tinha visto apenas em um andar aproximadamente 100 pessoas. Dias estava cumprindo pena de um ano e oito meses de prisão, mas, por conta da negligência do estado, acabou cumprindo uma pena de cinco anos no Carandiru.

“Tem um detalhe que poucas pessoas viram. Eu vi, porque depois fui para o 5º andar, vários corpos em cima de uma caçamba. (...) Só os corpos que eu vi entre o segundo andar e o pátio já dava 100 pessoas. Muita gente não tinha visita, não tinha família. Tinha muitos nessa condição. Eu acredito que quem não tinha visita era ‘indigente’, foi descartado como lixo”, disse Dias.

4.3.4. Pontos de Defesa

É importante ressaltar que Fleury, na época, não foi acusado como réu, mas sim como testemunha. Dessa forma, existem depoimentos do próprio ex-governador que serão utilizados. Em uma entrevista, Fleury disse que a situação do Carandiru estava estável quando ele foi comunicado. Dessa forma, o réu contesta que não era necessária sua intervenção se a situação repassada estava controlada e seria negociada. Ademais, o Fleury defende que não estava em seu gabinete, portanto, não tinha dado a ordem de entrada ao Coronel Ubiratan. Com isso, ele alega que a invasão ocorreu enquanto ele estava voltando de helicóptero para São Paulo. Entretanto, ao saber de toda a situação ao chegar na capital, disse que se estivesse em seu gabinete teria dado a ordem para entrada no Carandiru porque estava na hora de intervir, mas que não significava que era hora de matar.

Além disso, ele defende a escolha do Coronel de invadir, pois a ordem era válida e que a polícia tinha de agir. Além disso, o ex-governador afirma que, se o Coronel não fosse atingido, a situação poderia ter sido outra, e que, a partir da transferência de comando do Ubiratan, surgem diversas versões sobre os acontecimentos. Ademais, Fleury depõe que, enquanto existia o comando, as ações estavam corretas, quando foi perdido o controle e surgiram as ações individuais, você pode falar sobre massacre. Em continuação, o réu expõe que a responsabilidade criminal não era dele. Sendo responsabilidade criminal, quando existe um dano de ordem pública, ou seja, do indivíduo para com a sociedade, logo, a indenização só existe caso haja ofensa ao código penal.

O ex-secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, que depôs como mais uma testemunha na época, alega que o ex-governador apenas havia perguntado se era necessária a intervenção e o próprio Campos afirma que era preciso. Fleury, amigo pessoal dele de 30 anos, havia atribuído a responsabilidade de decisões autônomas em uma possível rebelião.

Além disso, o próprio diretor da Casa de Detenção, Ismael Pedrosa, disse que a situação era delicada e que havia a necessidade de intervenção da polícia, já que a administração não conseguia estabelecer controle da rebelião.

5. SUGESTÕES DE LEITURA E ESTUDO

“Carandiru: O Filme”. Filme dirigido por Héctor Babenco, disponível na plataforma “Globoplay”.

VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Memória Massacre Carandiru: Passado presente de violência estatal em instituições prisionais. Disponível em: <<https://www.massacrecarandiru.org.br/search>>.

Massacre do Carandiru - Entrevista com Dr. Dráuzio Varella. PodCast “Modus Operandi”. Disponível em: Massacre do Carandiru - Entrevista com Dr. Dráuzio Varella

Deus e o Diabo em Cima da Muralha. Drauzio Varella. Disponível em: Deus e o Diabo em Cima da Muralha

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/carandiru-que-faria-cem-anos-foi-de-prisao-modelo-a-palco-de-massacre.shtml>

<https://www.youtube.com/watch?v=tpeNHtCbGRo>

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Yf5ypDQ4DjV6VGTvj6YGPnh/?lang=pt#:~:text=A%20responsabilidade%20pol%C3%ADtica%20%C3%A9%20um%20mecanismo%20retr%C3%A9%20um%20mecanismo%20retr%C3%A9%20um%20mecanismo%20retr>

<https://g1-globocom.jusbrasil.com.br/noticias/100469101/defesa-dos-reus-do-carandiru-diz-que-acusacao-e-generica>

www.blogsegurancadotrabalho.com.br/responsabilidade-civil-e-criminal/

<https://www.tribunadebarueri.com.br/destaque/luiz-antonio-fleury-filho-ex-governador-de-sao-paulo-morre-aos-73-anos/>

<https://veja.abril.com.br/brasil/ex-diretor-do-carandiru-diz-que-presos-nao-tinham-armas/>

<https://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/historia-da-oab/massacre-do-carandiru/#:~:text=Massacre%20do%20Carandiru%20Em%20mar%C3%A7o%20de%201991%2C%20a,P%C3%BAblica.%20O%20alerta%20n%C3%A3o%20foi%20levado%20a%20s%C3%A9rio>

<https://gioodooarte.jusbrasil.com.br/artigos/333775068/responsabilidade-dos-governadores-e-prefeitos#:~:text=O%20Governador%20exerce%20a%20dire%C3%A7%C3%A3o%20superior%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%2C,a%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%2C%20pela%20pol%C3%ADcia%20civil%20e%20militar>

<https://quemfazhistoria.com.br/luiz-antonio-fleury-filho/>

https://www.researchgate.net/profile/Cesar-Caldeira/publication/360019881_CASO_DO_CARANDIRU_UM_ESTUDO_SOCIO-JURIDICO/links/625d97e44173a21a0d1c1e08/CASO-DO-CARANDIRU-UM-ESTUDO-SOCIO-JURIDICO.pdf

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/22388/14532#>

<https://acnudh.org/pt-br/estatuto-de-roma-del-tribunal-penal-internacional/>

<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44701/28732https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Yf5ypDQ4DjV6VGTvj6YGPnh/?lang=pt#:~:text=A%20responsabilidade%20pol%C3%ADtica%20%C3%A9%20um%20mecanismo%20retrospectivo%2C%20no%20do%20governo%3B%20caso%20contr%C3%A1rio%20eles%20n%C3%A3o%20o%20s%C3%A3o>

<https://dicionariodireito.com.br/jurisdicao>

https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/carandiru_foi.shtml

https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/estatuto_roma_tpi.pdf

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-02/ex-diretor-de-seguranca-do-carandiru-diz-que-rota-chegou-ao>

<https://veja.abril.com.br/brasil/ex-diretor-do-carandiru-diz-que-presos-nao-tinham-armas/>

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/04/20/interna-brasil,361649/>

advogada-no-caso-carandiru-diz-que-policiais-foram-heróis.shtml

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/16/amigo-de-fleury-ex-secretario-diz-que-nunca-mais-falou-sobre-massacre-com-ex-governador.htm>

<https://jornalgn.com.br/historia/entrevista-de-fleury-a-epoca-do-massacre-do-carandiru/>

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/muitos-morreram-so-de-olhar-diz-sobrevivente-do-massacre-do-carandiru,83309aff75e0e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/carandiru-oficial-da-rota-diz-que-pms-foram-atacados-com-materiais-com-hiv,d865053161730410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>

<https://exame.com/brasil/advogada-diz-que-fleury-deveria-estar-no-banco-dos-reus/>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/02/fleury-e-que-deveria-ser-julgado- hoje-diz-advogada-de-pms-do-carandiru-no-fim-de-sua-exposicao.htm>

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/08/02/interna-brasil,380461/defesa--no-caso-carandiru-diz-que-fleury-deveria-ser-julgado-no-lugar-da-pm.shtml>

<https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/brasil/noticia/2013/07/30/fleury-volta-a-defender-acao-no-carandiru-433848.php>

<https://riscafaca.com.br/historia/carandiru-1992/>

<https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>

<https://www.politize.com.br/massacre-do-carandiru/>

<https://www.uol/noticias/especiais/carandiru-25-anos.htm#a-situacao-era-insustentavel>

https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/carandiru_foi.shtml

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/57345/massacre-do-carandiru-direitos-humanos-e-sua-correlao-com-o-sistema-penitenciario-brasileiro>

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/massacre-do-carandiru/>

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/carandiru.html>

<https://jus.com.br/artigos/72929/o-tribunal-penal-internacional-e-os-crimes-tipificados-no-estatuto-de-roma>

<https://noticias.r7.com/sao-paulo/coronel-ubiratan-de-comandante-de-massacre-a-vitima-de-homicidio-05112012?PageSpeed=noscript>

<https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,AA1267589-5605,00-CORONEL+UBIRATAN+TRABALHO+DURANTE+ANOS+NA+POLICIA+MILITAR.html>

<https://pejornal.com.br/regimento-de-policia-montada-9-de-julho-comemora-128-anos/>

<https://www.google.com/amp/s/www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quem-era-ubiratan-guimaraes-a7majuomwamvxrsdsew3obuj2/amp/>

<https://veja.abril.com.br/brasil/ordem-para-invasao-foi-do-coronel-ubiratan-diz-desembargador/>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/06/condenado-a-623-anos-por-massacre-coronel-ubiratan-foi-absolvido-e-assassinado-em-2006.htm>

<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2002067/quais-sao-as-penas-admitidas-pelo-tribunal-penal-internacional-tpi-mariana-egidio-lucciola>

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/tpi/esttpi.htm>

<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-no-carandiru/noticia/massacre-no-carandiru.ghtml>

<https://www.google.com/amp/s/exame.com/brasil/30-anos-do-massacre-do-carandiru-entenda-como-estao-os-processos-judiciais-tres-decadas-depois/amp/>

<https://pm.se.gov.br/unidades/especializadas/bpchoque/#:~:text=O%20Batalh%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADcia%20de%20Choque%20%C3%A9%20uma%20subunidade%20operacional,preparada%20para%20miss%C3%B5es%20de%20vulto.&text=A%20subunidade%20desempenha%20diariamente%20policiamento,esportivas%2C%20com%20ou%20sem%20c%C3%A3es>

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=258005>

https://www.conjur.com.br/2006-fev-15/tj_paulista_anula_juri_absolve_coronel_ubiratan

<https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/140432/justica-absolve-coronel-acusado-do-massacre-do-carandiru>

https://www.google.com/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/politica/1497471277_080723.html%3foutputType=amp

<https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=13925&context=notisur>

<https://cdsa.aacademica.org/000-006/407.pdf?view>

https://www.conjur.com.br/2001-jul-04/conheca_decisao_condena_coronel_ubiratan

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/coronel-nega-culpa-por-mortes-no-carandiru-344207.html>

https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130415_carandiru_julgamento_atualiza_lk_jp.amp

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/julgamento-do-massacre-do-carandiru-comeca-com-depoimento-de-ex-detentos/247715>

<https://revistaforum.com.br/brasil/2013/4/15/massacre-do-carandiru-ex-preso-diz-ter-escalado-montanha-de-corpos-6647.html>

<https://www.google.com/amp/s/agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/eles-chegaram-atirando-mesmo-lembra-sobrevivente-do-massacre-do%3famp>

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/carandiru.shtml>

<https://www.estadao.com.br/brasil/promotoria-nao-acusa-mais-ubiratan-por-111-mortes/>

<https://www.google.com/amp/s/www.cartacapital.com.br/sociedade/tropa-ja-chegou-invadindo-e-metralhando-diz-ex-diretor-do-carandiru/amp/>

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/defesa-de-coronel-ubiratan-diz-que-nao-houve-massacre-no-carandiru.html>

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/morre-tenente-coronel-do-massacre-do-carandiru-865862.html>

<https://acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/>

<https://www.todamateria.com.br/impeachment-de-collor/>

<https://brasil.elpais.com/especiais/2020/pcc-a-irmandade-dos-criminosos-no-brasil/>

<http://museupenitenciario.blogspot.com/2016/09/casa-de-detencao.html>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/10/complexo-penitenciario-do-carandiru-e-tombado-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/01/massacre-em-sp-que-matou-111-presos-no-carandiru-completa-30-anos-sem-prisoas-de-pms-condenados-ou-desfecho-na-justica.ghtml>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/02/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-prisao-brasileira.ghtml>

<https://apublica.org/2020/01/o-governador-a-censura-e-a-raca-em-extincao/>

https://www.uol/noticias/especiais/carandiru-25-anos.htm?mc_cid=57bbfa3068&mc_eid=f92933c97b#o-antes

<https://www.saopauloinfoco.com.br/historia-carandiru/>

<https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/massacre-do-carandiru-v7/fleury.htm>

<https://www.massacrecarandiru.org.br/documento/qWM7sZcEHRcjGraH>

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/carandiru.html>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0307200118.htm>



POLIONU

Várias ideias, um só mundo

**AHIEA
CDH
COP
CSNU
ECOSOC
OPAQ**

**TPI
UNCTAD
UNESCO
UNICEF
UNODC
Central de
Imprensa**

Patrocínio:

PromoVer
FORMATURAS



Realização:

 **Poliedro**
Colégio